



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Patrimônio em tempos de crise

V 12 | n 23 | jul-dez 2023

Patrimônio cultural no Antropoceno: Valorização do modo de vida dos caboclos catarinenses

Lilian Louise Fabre Santos; Briana Bombana; Soraya NóR



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauí.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

SANTOS, Lilian Louise Fabre; BOMBANA, Briana; NÓR, Soraya. Patrimônio cultural no Antropoceno: Valorização do modo de vida dos caboclos catarinenses. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 32-52, jul-dez 2023. Semestral.

© NAUI

Patrimônio cultural no Antropoceno: Valorização do modo de vida dos caboclos catarinenses

Lilian Louise Fabre Santos¹

Briana Bombana²

Soraya Nór³

Resumo

O artigo discute o patrimônio cultural à luz do Antropoceno, uma época geológica em que a humanidade se tornou uma força planetária que ameaça as condições de vida em todo o mundo. Para lidar com este contexto, urge considerar as capacidades humanas de adaptação, incluindo os vínculos culturais e os significados atribuídos aos lugares. O estudo analisa como a cultura cabocla em Santa Catarina, Brasil, pode auxiliar a vislumbrar futuros possíveis em escala local-regional.

Palavras-chave: Antropoceno; Caboclos; Patrimônio Cultural.

Abstract

The article discusses cultural heritage in light of the Anthropocene, a geological epoch in which humanity has become a planetary force which threatens life conditions worldwide. To address this context, it urges to consider human capacities for adaptation, including cultural connections and the meanings attributed to places. The study examines how the “caboclo” culture in Santa Catarina, Brazil, can help us envision possible futures at a regional-local scale.

¹ Tem graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UFSC (2012); mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Iphan (2014); atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC e professora substituta do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo na mesma instituição. Contato: lilianfabre@ufsc.br.

² Oceanógrafa pela Univali (2011); mestre internacional em Gestão Integrada de Zonas Costeiras pela UPC – Espanha (2011) e em Manejo Costeiro Integrado do Cone Sul pela Udelar - Uruguai (2015); doutora em Geografia pela UAB – Espanha (2019). Atualmente, é pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciências Políticas da UFSC em conjunto com o Departamento de Geografia da UAB (Espanha) desenvolvendo pesquisa sobre o Antropoceno com ênfase na gestão do território costeiro. briana.bombana@uab.cat.

³ Tem graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (1985); especialização em Urbanismo e História da Cidade pela UFSC (1998); mestrado em Geografia pela UFSC (2001); doutorado em Geografia pela UFSC (2010) e pós-doutorado em Urban Design - Faculty of Technology, Design and Environment - Oxford Brookes University – Inglaterra (2017). Professora do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC. soraya.nor@ufsc.br.

Keywords: Cultural heritage; Anthropocene; Caboclos.

Introdução

O presente artigo parte da premissa de que estamos no Antropoceno, isto é, uma nova época geológica em que a população humana tornou-se uma força planetária (CRUTZEN; STOERMER, 2000). Nesse sentido, é realçado que nos tornamos capazes de realizar mudanças na escala global, em um processo generalizado de degradação crítica das condições de vida em todo o mundo, tornando-as potencialmente hostis (por exemplo, as mudanças climáticas e seus impactos) (STEFFEN *et al.*, 2018). Tido como “nossa época e condição” (BONNEUIL; FRESSOZ, 2016), já não é cabível nos referirmos a uma crise ecológica que pode ser gerida através de maior consciência ecológica e de soluções de caráter científico (BONNEUIL; FRESSOZ, 2016; COSTA, 2021).

O Antropoceno é, portanto, um conceito-diagnóstico que instala a ideia de um limiar crítico diante de problemas como mutação climática e perda de biodiversidade. Um conceito que revela os limites da natureza e questiona as estratégias de desenvolvimento dominantes, bem como o paradigma cultural da modernidade (SVAMPA, 2019). Ainda que este debate tenha sido originado e confiado inicialmente às ciências do sistema Terra, a sua implicação para a sociedade humana e seus rumos repercutiu em outras esferas e disciplinas, como as ciências sociais, artes e humanidades (LORIMER, 2017).

Como resultado, atualmente, encontramos propostas alternativas do conceito em questão, as quais buscam visibilizar como a assimetria entre nações e certas partes da população teve um papel central na produção histórica de tal condição. Essas propostas apresentam potencial para repercutir no espectro político e no engajamento ideológico. Este viés crítico aponta para a crise de uma concepção moderna de natureza como recurso a ser dominado e utilizado para alcançar o almejado “desenvolvimento” e permitiria que os “modernos”, como Bruno Latour (2020), nomeassem todos os agentes, de corporações a países e indivíduos, comprometidos com o avanço implacável da modernização e se apoderassem da Terra de tal forma que todos os demais seres, humanos e não-humanos, se veriam na condição de proibidos de ocupar os seus próprios territórios.

Também, é possível observar uma crítica sobre a mobilização deste conceito preponderantemente por narrativas globais em detrimento de processos locais vividos pelo Sul Global ou periferias, a qual passa por evidenciar a geopolítica do conhecimento, a diferenciação territorial, o deslocamento dos extrativismos e a falta de reconhecimento de outras ontologias e epistemologias (ULLOA, 2017). De fato, o Antropoceno altera nossa percepção de futuro e torna evidente a necessidade de pensar novas formas de ver o mundo, de se relacionar com o planeta e a inevitabilidade da necessidade de adaptação para além de iniciativas para a mitigação (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2017; FAZEY *et al.*, 2018; PARRY *et al.*, 2008).

Partir desta premissa nos faz repensar a forma hegemônica – colonialista, capitalista, racista e patriarcal – de habitar o planeta Terra e valorizar, inclusive através do campo do patrimônio cultural, outras narrativas e modos de vida que possam auxiliar a vislumbrar futuros possíveis. Para desenvolver outros modos de vida e de se relacionar com a natureza, buscamos conhecimento em fontes até então negligenciadas e estigmatizadas, como é o caso das caboclas e dos caboclos catarinenses. Grupo que, como tantos outros, foram processualmente colonizados e tiveram não só seus territórios, mas suas identidades individuais e coletivas atacadas, subjugadas, expropriadas.

Apesar dos ataques sistemáticos, como forma de resistência, essas identidades vêm sendo ressignificadas para enfrentar o preconceito e o etnocídio praticados contra estes povos e os seus descendentes. Para o quilombola Antônio Bispo dos Santos (2015, p. 38), esta resistência pode ser percebida material e imaterialmente, “tanto quando olhamos para o passado e fazemos referência aos nossos ancestrais, como hoje, quando visitamos as comunidades da atualidade e dialogamos com as suas organizações e manifestações culturais”. O autor compreende todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados como contracolônização. Este processo tem se potencializado à medida que as pautas desses movimentos emergentes são apropriadas por discussões acadêmicas de forma crítica, contribuindo dialeticamente, como é a intenção desta pesquisa realizada no estado de Santa Catarina.

Santa Catarina é um estado localizado na região sul do Brasil, cuja formação sociocultural é historicamente marcada pela diversidade de grupos culturais. Desde os povos indígenas originários, o processo de conformação dessa diversidade tem se dado com a

ocupação colonizadora portuguesa, os negros africanos escravizados, os imigrantes europeus e asiáticos que vieram desde o final do século XIX, os imigrantes refugiados da contemporaneidade, além da miscigenação provocada pela interface entre esses e outros diferentes grupos étnicos. Ideologicamente, porém, o discurso é de um estado branco, europeizado, homogêneo. Tal discurso, que ignora o diverso, é reforçado por políticas de preservação do patrimônio que, em sua grande maioria, estão relacionadas com os grupos colonizadores (portugueses e demais imigrantes de origem europeia).

Como forma de contribuição para o debate, traremos elementos sobre os caboclos do estado de Santa Catarina, Brasil. A partir da revisão de literatura, este artigo aponta que o processo histórico de formação deste grupo social é marcado por sucessivas expropriações, entretanto ele mantém e reconstrói sua identidade graças à sua capacidade de adaptação.

Objetivamos contribuir com a reflexão sobre o patrimônio cultural no Antropoceno, defendendo que neste contexto urge uma reflexão sobre o papel do patrimônio como instrumento de valorização de modos de vida que podem dar à luz futuros possíveis. Ao mesmo tempo, acreditamos que o debate crítico sobre este conceito apresenta potencial para explicar, em escala mais localizada e a partir da periferia, a intensidade das dinâmicas que o produziram. Para cumprir tal objetivo, discorreremos sobre o contexto socioecológico colocado pelo Antropoceno; categorizamos a identidade cabocla a partir da revisão bibliográfica, em especial o seu modo de se relacionar com a natureza e sua capacidade de adaptação, que poderiam ser reconhecidos no campo do patrimônio a partir desta nova realidade; e, finalmente, apresentamos algumas considerações sobre oportunidades de mudanças.

Pensar no Antropoceno: a relação entre adaptação e patrimônio cultural em escalas locais

O advento do Antropoceno, na virada deste século, introduz uma nova época geológica na qual a espécie humana constitui a fonte primária de mudanças permanentes em todos os compartimentos planetários, na atmosfera (CRUTZEN; STOERMER, 2000; STEFFEN *et al.*, 2015). Como tal, uma das suas repercussões foi a criação, em 2009, do Grupo de Trabalho do Antropoceno (do inglês, Anthropocene Working Group – AWG), no âmbito da Subcomissão Estratigráfica Internacional, com a tarefa de desenvolver uma proposta para a formalização

deste conceito como subunidade integrante da geocronologia terrestre. Apesar da votação em julho de 2023 que elegeu um ponto de referência geológica para a comprovação do seu início, relacionado às bombas nucleares detonadas nos anos 1950, um intenso debate científico está em curso e mais de 20 propostas têm sido apresentadas neste sentido (STEFFEN *et al.*, 2015; LORIMER, 2017).

O debate inter-relacionado com questões políticas traz novas perspectivas sobre as causas e consequências dessa nova época. Destaca-se a proposta de data de início associada à chegada dos europeus às Américas (LEWIS; MASLIN, 2015). Entretanto, este termo tem sido enquadrado à luz de alternativas que o denominam como capitaloceno, plantationoceno, dentre outras. Explicações e necessidades de responsabilização enfocadas em lógicas econômicas específicas relacionadas principalmente ao Norte Global e não para a população humana de forma generalizada. Respectivamente para os exemplos citados, o desenvolvimento do modelo capitalista ancorado na apropriação rápida e na expansão de fronteiras geográficas quando os recursos se esgotam, e o sistema de “plantation” escravocrata como modelo e motor de inflexão para o Antropoceno (HARAWAY *et al.*, 2016; MOORE, 2014). Ademais, a falta de representatividade dos países do Sul Global na mesa de discussões sobre essa nova época é denunciada, uma vez que este foi causado, nomeado e geralmente mobilizado pelos “anthropoceneologists” do Norte Global (BONNEUIL; FRESSOZ, 2016; LORIMER, 2017; SVAMPA, 2019).

Sem negar a relevância dessas provocações em destacar o papel das práticas hegemônicas em produzir o Antropoceno, ainda assim decidimos utilizá-lo como conceito guarda-chuva porque permite integrar todas essas discussões enquanto sinaliza a destruição das condições ótimas para a vida no planeta. Efetivamente, as condições globais críticas resultantes das mudanças planetárias nessa nova época (por exemplo, clima e tempo hostis) têm ameaçado, cada vez mais, as condições de vida em todo o mundo e os sistemas de sustentação da vida (STEFFEN *et al.*, 2018). Tido como “nossa época e condição” (BONNEUIL; FRESSOZ, 2016), já não é cabível nos referirmos a uma crise ecológica que pode ser gerida através de uma maior consciência ecológica e de soluções de caráter científico (BONNEUIL; FRESSOZ, 2016; COSTA, 2021). Ainda que enfatizando nossas limitações perante o sistema Terra, Danowski e Viveiros de Castro (2017, p. 68) nos convidam a pensar o referido aniquilamento como uma “decadência fractal” processual em curso, ao invés de “espetáculo dantesco” pontual, para a

qual precisaremos aprender a imaginar como conviver com as condições hostis subsequentes. Aqui, as múltiplas narrativas não hegemônicas devem desempenhar um papel central (DANOWSKI; DE CASTRO, 2017).

Nesse planeta de condições compartilhadas, as tendências socioeconômicas e do sistema terrestre não estão separadas umas das outras, mas fazem parte de um contexto político e ecológico inter-relacionado mais amplo (BONNEUIL; FRESSOZ, 2016; LATOUR, 2020). Especialmente, o encontro das escalas de tempo geológico e histórico ajudam a destacar que a natureza e a cultura não podem mais ser entendidas separadamente. Apesar de ter sido originalmente confiado às ciências do sistema terrestre como uma questão científica, o Antropoceno expandiu-se para incorporar nosso humor intelectual atual, também nas ciências sociais, interdisciplinares e humanidades (LORIMER, 2017; SVAMPA, 2019). Em resposta à criação de sentido biofísico direcionada à mudança ambiental e não social (LÖVBRAND *et al.*, 2015), acredita-se que a ciência social crítica possa “repolitizar” o Antropoceno (BONNEUIL; FRESSOZ, 2016).

Embora o Antropoceno transcenda o território em todas as escalas espaciais e temporais (STEFFEN *et al.*, 2015), as narrativas hegemônicas mobilizadas em escala global destacam-se ao abordar futuras mudanças planetárias e consequências – por exemplo, por meio de cenários – sendo percebidas desconexões entre fatos globais de pesquisa e experiências cotidianas da realidade em escala local (TADDEI *et al.*, 2022). Em tais narrativas globais, a geopolítica do conhecimento e/ou a falta de reconhecimento de outras ontologias foram apontadas como razões que contribuem para a não visibilização de processos locais, particularmente em lugares periféricos (SVAMPA, 2019).

Nessa transição entre escalas, vale ressaltar dois possíveis sentidos de Mundo. Primeiro, o espaço produzido pelo sistema Mundo (em maiúscula) que, atualmente, é associado ao processo de mundialização por meio da abertura geográfica que designa profundas transformações ecológicas e sociais de uma região até então isoladas em razão da sua conexão com o sistema Mundo; e o mundo (em minúsculo) como horizonte geográfico de uma sociedade, que é definido pelas suas práticas e representações em um momento determinado da sua história (GRENIER, 2019). Cançado (2022) aponta que esta diferenciação é parte do projeto moderno de ocupação ontológica, “que é realizada por um mundo – capitalista, secular, liberal, patriarcal – que se dá o direito de ser o “Mundo” que recusa a relação com todos os outros

mundos e que impõe sobre eles protocolos, instituições, espacialidades, artefatos etc. (CANÇADO, 2022, p. 238).

Esta imposição de ser “Mundo” é observável na ação dos imigrantes-colonizadores, que, no caso em estudo, o estado de Santa Catarina, trouxeram e impuseram, a partir do início do século XX as “[...] coordenadas ideológicas hegemônicas da sociedade moderna: civilização, progresso, evolução e trabalho” (CAROLA, 2010, p. 547). Neste contexto, a natureza é vista e representada como um mero recurso natural que deve ser explorado e manipulado pela sociedade humana, conjuntura que estimula e legitima a destruição e a domesticação tanto do mundo natural quanto dos povos indígenas (CAROLA. 2010).

Figura 1: Plantação em meio à mata derrubada, São Miguel do Oeste, na década de 1930.



Fonte: Acervo CEOM-Unochapecó *apud* Salini, 2018.

A Figura 1 e outras imagens produzidas por colonos e madeireiros que atuaram nas mesorregiões Planalto Serrano e Oeste catarinense ilustram esse processo de dominação e “domesticação” da natureza que simbolizava o “progresso”, onde a imposição da ordem, da racionalidade, da agricultura, simbolizavam a presença e engenhosidade do homem civilizado. Portanto, se o desmatamento e antropização da paisagem eram atributos civilizadores, os grupos que se relacionavam de outra maneira com a natureza – como os povos originários e os caboclos – eram considerados incivilizados, atrasados, selvagens ao “ignorar” esse abundante recurso

(BRANDT, 2015). Num período não maior que três décadas, os espaços nos quais predominavam vastas florestas nativas, usufruídas anteriormente em práticas que estavam integradas ao ambiente natural, passaram a ser manejadas pela ação das empresas madeireiras e por lavouras realizadas por famílias, na maioria descendentes de colonos alemães e italianos, até a sua devastação (MARTENDAL, 1980).

As imposições de certas condições de habitabilidade no estado devido aos projetos de desenvolvimento (físicos e culturais), no sentido do Mundo (em maiúscula) que ameaçou o mundo (em minúscula) da sociedade cabocla (GRENIER, 2019), levaram a mudanças na forma de vida dessa população, que, por um lado, conduzem a deslocamentos forçados para as periferias de diversas cidades da região, mas por outro falam sobre mudanças deliberadas que podem incorporar valores e significados distintos a fim de se pensar intencional e proativamente em alternativas de vida. Os elevados custos ambientais que desde o início da modernidade – no caso da colonização – pagou e continua pagando aos povos do Sul revelam padrões de injustiça ambiental, refletem em profundas desigualdades, não só entre o Norte e o Sul, mas também dentro das sociedades, tanto do ponto de vista social, etário, étnico e de gênero (SVAMPA, 2019).

Apesar de as mudanças serem globais em escopo e escala de espaço, produzidas pelo sistema Mundo, seus impactos ocorrem em locais específicos afetando outros mundos. Nesses locais particulares, é que as incertezas das mudanças são percebidas e a resposta adaptativa precisa acontecer. Em vez de focar na redução de emissões de gases do efeito estufa e demais impactos no Antropoceno, o discurso crítico aborda as causas profundas de risco e vulnerabilidade (RIBOT, 2014) e de capacidades adaptativas desiguais.

A adaptação não é um processo politicamente neutro e refere-se a mais que os perigos e riscos relacionados, mas também às capacidades humanas e sociais multidimensionais. De modo geral, a adaptação é uma mudança feita em resposta a novas condições (DOW *et al.*, 2013). Esta adaptação é capaz de ocorrer de forma transformacional, o que pode incluir tanto deslocamentos forçados ou transformações deliberadas. As últimas envolvem a criação intencional e proativa de futuros alternativos que incorporam explicitamente ética, valores e sustentabilidade (O'BRIEN, 2012). Por outro lado, o deslocamento forçado refere-se a uma realocação devido a mudanças ambientais (por exemplo, secas e inundações) ou fatores

políticos (por exemplo, guerra), destacando-se que a distinção entre esses fatores é difícil de traçar (O'BRIEN, 2012).

As abordagens globais de adaptação são normalmente levadas às localidades na forma de avaliação e gestão de riscos, dando pouca atenção a atributos imateriais ou intangíveis relacionados a impactos de mudanças globais e capacidades humanas de adaptação (MARIN, 2023). Isso afeta o surgimento da agência adaptativa humana. Os esforços para lidar com os impactos das mudanças globais e suas incertezas associadas devem integrar os significados e vínculos que as pessoas atribuem aos lugares, ou estarão fadados ao fracasso (RAYMOND *et al.*, 2021). Conseqüentemente, a priorização de abordagens baseadas no local relaciona-se com iniciativas mais fundamentadas e inclusivas, levando em conta os significados e valores simbólicos, emocionais e intrínsecos do ambiente (FAZEY, *et al.*, 2018). Um foco no lugar realça os ambientes materiais e simbólicos específicos onde as pessoas moldam suas vidas e encontram significado nelas.

Ao mesmo tempo, partindo do pressuposto de que o Antropoceno não é apenas uma crise, mas uma nova condição, torna-se urgente aprender não só sobre se relacionar com a natureza, mas como se adaptar às condições adversas. Para a adaptação, não cabe só pensar na forma como as mudanças influenciam o mundo exterior objetivo, mas também a dimensão mais subjetiva do mundo interior (O'BRIEN; WOLF, 2010). Em outras palavras, em uma escala mais local, os vínculos emocionais, entre indivíduos e o seu ambiente, bem como os sentidos colocados pelos indivíduos em tais lugares podem ser utilizados para valorizar entendimentos que levem a expectativas e ações sobre como esses lugares deveriam ser usados e gerenciados (MASTERSON *et al.*, 2017).

Algumas aproximações acerca do sentido de lugar provaram ser lentes produtivas para observar a adaptação ao apreender a dimensão subjetiva da adaptabilidade, uma vez que integram respostas comportamentais, cognitivas e afetivas a ambientes em mudança. O sentido de lugar refere-se à maneira como vivenciamos os lugares. Integra componentes afetivos (isto é, apegos e laços complexos que as pessoas desenvolvem com lugares específicos), cognitivos (isto é, significados de lugar que podem ser contestados politicamente) e comportamentais (MASTERSON *et al.*, 2017). Ao adotar uma abordagem baseada em valores para a adaptação, é possível uma imagem mais completa e justa do risco, porque as pessoas são vulnerabilizadas na medida em que as mudanças globais influenciam não apenas seu mundo exterior objetivo,

mas também seu mundo interior subjetivo (O'BRIEN; WOLF, 2010). O envolvimento com múltiplos significados de lugar pode levar a diversos entendimentos de questões emergentes, enriquecendo o conhecimento e as soluções para enfrentar a mudança, incluindo transformações inovadoras em direção a caminhos desejáveis de desenvolvimento (MASTERSON *et al.*, 2017). Isso inclui destacar a importância dos valores baseados no local, como paisagem, valores sociais, patrimônio ou conhecimentos tradicionais (RAYMOND *et al.*, 2021).

No Brasil, apesar do conceito de patrimônio cultural consagrado na Constituição⁴ ser amplo e democrático, a identificação de itens culturais a serem protegidos e a implementação de procedimentos de proteção resultam de um processo de negociação complexo, e frequentemente conflituoso, que envolve mediadores culturais, ou seja, agentes de políticas públicas (técnicos e burocratas) e agentes profissionais, políticos e empresariais (ARANTES, 2006). Esta é, portanto, “uma atividade especializada e não parte da cultura comum – que coloca em cena o Estado como representante do interesse público nos processos de construção de representações simbólicas da nação e da identidade dos grupos que a formam” (ARANTES, 2006, p. 426).

Para Gonçalves (2007), existem modos diferentes de se usar a expressão “patrimônio cultural” e seus efeitos são distintos. Tanto no caso dos grupos dominantes quanto nos grupos tidos como supostamente inferiores, é importante reconhecer os efeitos que uma autoconsciência em relação a essas modalidades de discurso pode trazer para as práticas dos profissionais do patrimônio. Entre esses efeitos está o de nos revelar o caráter eminentemente arbitrário de cada um desses discursos e dos patrimônios. Se são arbitrários, se não estão fundados em nenhuma realidade última, seja a natureza, a história, a sociedade ou a cultura (concebidas como categorias reificadas), eles são, portanto, passíveis de reinvenção.

Arantes (2006) reconhece que apesar de o patrimônio como prática oficial ter sido legitimado pela história e pela estética, o patrimônio ganhou, nos anos 1970 e 1980, uma clara inflexão política (como emblema de identidades diferenciadas) e ambiental (na medida em que foi associado à qualidade de vida), sendo atualmente compreendido como recurso (prático e simbólico) por diversas camadas sociais.

⁴ Segundo o artigo 216 da Constituição Federal de 1988: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Agora, ele é reivindicado por amplos setores sociais, por seu valor econômico ou como recurso simbólico na construção de sentidos de lugar e desenvolvimento de produtos com valor cultural agregado, em um riquíssimo e frequentemente conflituoso processo cultural de formação de tradições reinventadas (Arantes, 2006, p. 429).

Apesar dos avanços, as políticas de preservação do patrimônio cultural têm historicamente reforçado a presença e hegemonia de certos grupos cuja forma de relação com a natureza tem sido destrutiva e catastrófica. Um exemplo é a própria política pública de preservação do estado de Santa Catarina que, nas três esferas, prioriza os bens de referência à cultura do imigrante e fortalece a imagem de um estado branco, “moderno” e que se desenvolveu através da lógica de trabalho capitalista trazida principalmente pelos imigrantes italianos e alemães (SANTOS; Nór, 2023). Atualmente, o patrimônio cultural ampliou-se, principalmente no reconhecimento dos bens de natureza imaterial, e tem incluído significativamente referências culturais de grupos minoritários, porém não se coloca como um instrumento de revisão histórica e contracolônia.

Assim, no contexto do Antropoceno, o patrimônio pode ser novamente reinventado e, mais do que olhar para elementos vindos do passado, passar a valorizar formas de organização do território que desafiam o modo capitalista de se relacionar com a natureza e que possam servir de referência para construirmos futuros em que a vida humana e outras formas de vida possam se sustentar de maneira mais justa e equilibrada (LOWANDE; CORRÊA, 2021).

Assim, compreendendo que o patrimônio detém também valores cognitivos, isto é, por constituir oportunidade relevante de conhecimento, apontamos para a importância de olhar, reconhecer e apreender sobre modos de vida que se relacionam de outras formas com a natureza, bem como as estratégias de adaptabilidade de grupos até então tidos como minoritários. Modos de vida indígenas, quilombolas, caboclos, dentre outros, até então negligenciados pelos grupos dominantes podem ser ressignificados dentro deste contexto e apontar caminhos de um futuro comum.

Caboclos em Santa Catarina: identidade forjada por meio da adaptação

O *caboclo* é um termo utilizado em todo Brasil, sendo uma categoria de classificação social complexa que inclui dimensões geográficas, raciais e de classe. Existem pelo menos duas etimologias diferentes, ambas especulativas, para a palavra caboclo. A primeira afirma que

caboclo deriva do tupi *caa-boc*, que quer dizer “o que vem da floresta”. Outra etimologia sugere que o nome vem da palavra tupi *kari'boka*, que significa “filho do homem branco” (LIMA, 1999). Ambas fazem sentido, pois o termo caboclo geralmente está relacionado com pessoas oriundas da área rural e parte da “mistura racial”, referindo-se no caso ao filho do branco e do indígena.

Entretanto, caboclo é um termo ainda bastante utilizado de maneira pejorativa para designar a população campesina como ignorante e preguiçosa. Coloquialmente, é utilizado como meio de identificar uma categoria de pessoas que se encontra numa posição social inferior, relacionando ao caboclo as qualidades rurais, descendência indígena e “não civilizada”, que contrastam com as qualidades urbana e branca.

Nesta pesquisa, tratamos a categoria caboclo como identidade cultural, para além da característica étnica e da condição socioeconômica. Utilizaremos como base o entendimento de Hall (2008), em contraste com a definição do senso comum, que entende a identidade como algo “natural” e fechado. A identidade é algo em processo, nunca completamente determinada, mas, sim, um conceito estratégico e posicional.

No estado de Santa Catarina, o caboclo era originalmente definido como indivíduo portador de uma condição específica de sobrevivência, ocupante de áreas de terras mais remotas, fora do eixo de interesse do capital e geralmente em precárias condições de existência (POLI, 1991). É importante contextualizar que quando nos referimos à colonização em Santa Catarina, há dois períodos distintos, o da colonização portuguesa, que iniciou no século XVII, e o da colonização por imigrantes de outras origens europeias (principalmente alemães e italianos), no final do século XIX. A miscigenação entre o colonizador português, os negros escravizados e os indígenas da região constituiu o caboclo no sentido étnico. Os conflitos com os imigrantes do século XIX, porém, foram determinantes na construção de sua identidade diante do processo de espoliação e discriminação a que os caboclos foram submetidos.

Segundo Brandt e Nodari (2011) a população cabocla do planalto meridional apresenta algumas características próprias decorrentes do contato com uma pluralidade de grupos sociais, do conhecimento adquirido sobre espaço geográfico e o uso de seus recursos. São eles:

a dependência dos recursos naturais, o que pode ser exemplificado pela extração da erva-mate para consumo e comércio, e a utilização de produtos da mata para consumo e alimentação de animais, entre eles: o pinhão, frutas e mel; o conhecimento sobre a natureza, transmitido de geração a geração por meio da oralidade – neste caso, os

monges possuem um papel importante, sendo eles defensores da natureza e transmissores de conhecimento; a noção de território; a valorização do trabalho de subsistência; a valorização do meio comunitário e familiar; a tecnologia simples e pouco acúmulo de capital; a autoidentificação; e a ampla utilização dos laços sociais do compadrio e de parentesco para a manutenção das atividades sociais, culturais e econômicas (BRANDT E NODARI, 2011, p. 83).

A retomada histórica do processo de formação deste grupo social é marcada por sucessivas expropriações: desde a colonização do território pela ação da pecuária extensiva, das consequências da Lei de Terras de 1850, dos conflitos com as companhias de imigração no final do século XIX e início do século XX, que trouxeram junto com imigrantes europeus a lógica capitalista, materializada na construção da estrada de ferro que ligou São Paulo ao Rio Grande do Sul, feita pela empresa norte-americana Brazil Railway Company, culminando na Guerra do Contestado (1912/1916) (LOCKS, 1998; BLOEMER, 2000; IUNSKOVSKI, 2002; RENK, 2004; MARTINS; WELTER, 2009). A história oficial aponta que a Guerra do Contestado, ocorrida entre os anos 1912 a 1916, foi um episódio complexo, alimentado por fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, política, econômica, cultural ou religiosa. Para diversos autores atuais, ela é considerada a maior guerra civil camponesa brasileira, marcada pelo genocídio de milhares de camponeses pobres, em sua maioria caboclos (FRAGA; LUDKA, 2012).

Depois da Guerra do Contestado, marcados pela exclusão, muitos caboclos passaram a compor uma parcela dos moradores das periferias de diversas cidades da região, trabalhando muitas vezes nas madeireiras e serrarias, ou a compor o quadro de diversos acampamentos e assentamentos rurais (MARTENDAL, 1980; RENK, 2009). Da década de 1950 até aproximadamente o final da década de 1970, inicia-se outra fase no processo histórico da formação da identidade cabocla, relacionada ao momento da história econômica e social da Mesorregião do Planalto Serrano Catarinense e Oeste Catarinense, convencionalmente denominado “ciclo de madeira”.

Empresários, geralmente descendentes de primeira e segunda gerações de imigrantes italianos, provenientes do Rio Grande do Sul, foram os empreendedores e responsáveis por esse processo, organizado sob as formas usuais do desempenho da produção e das relações sociais produtivas capitalistas. Na história do trabalhador, essa fase representou a sua evasão dos antigos locais de trabalho – a fazenda e a roça – e o seu recrutamento para as periferias urbanas, e a nova forma de trabalho nas serrarias (JESUS, 1991; MARTENDAL, 1980).

Desde então, a identidade cabocla não é algo que se manifesta exclusivamente do espaço campesino, mas está presente nas periferias urbanas de cidades catarinenses de todos os portes, como mostram, por exemplo Locks (1998) na pequena cidade de São José do Cerrito, Iunskovski (2002), em Florianópolis, Martendal (1980) e Jesus (1991) sobre os caboclos operários nas serrarias de Lages, e as pesquisas mais atuais de Renk e Savoldi (2008) sobre os caboclos na área urbana do município de Chapecó. A vulnerabilidade social e as condições precárias de moradores de diversos bairros têm como antecedente a expropriação sofrida há décadas. Não bastasse a localização periférica e estigmatizada da população cabocla, ela era surrupiada da história oficial e expropriada de suas terras e do seu modo de vida, comparados como atrasados e uma série de atributos negativos (RENK; SAVOLDI, 2008, p. 12).

Martins e Welter (2006), a partir da tipificação de Locks (1998), partiram a pensar o “caboclo em movimento”, não mais exclusivamente no contexto rural, nem no meio urbano, mas se relacionando com ambos como maneira de permanecer ligado ao seu local de origem ou para buscar outra condição de existência em um contexto de mudança. Ao observar esta dinâmica, os autores apontam que foi possível constatar que as pessoas envolvidas no processo tratam de reproduzir nos diversos ambientes onde se instalam alguns elementos característicos de seus modos de organização e de pensamento, reconstruindo no espaço urbano a identidade cabocla forjada na área rural.

Segundo Renk e Savoldi (2008), cabe-nos deslocar o olhar à população cabocla urbana que, nas gerações seguintes à expropriação, passa pelo processo de escolarização, ocupa posições de maior relevância no espaço social e, atualmente, apresenta reorganização étnica. Seja reativando práticas tradicionais como o batismo nas “águas santas”, na reorganização das festas religiosas, em festivais gastronômicos ou na constituição de movimento étnico.

É como um desdobramento do episódio da Guerra do Contestado que vem a principal referência cultural do caboclo na contemporaneidade: a religiosidade a partir da crença no Monge São João Maria, expressada em lugares como, por exemplo, os “Pousos de São João Maria”, locais pelos quais se atribuem a passagem e o pernoite do profeta e que, ainda atualmente, são reverenciados pelas comunidades locais (WELTER, 2007). Além da religiosidade, o convívio harmonioso com a natureza, as festas e bailes realizados nas casas de chão batido, muitas vezes após a realização do puxirão (mutirão) fortalecem os laços e os vínculos de amizade (FERRARI, 2015).

Na área urbana, os caboclos demonstram seu conhecimento sobre a natureza, ao manter quintais com rotação de culturas e diversas ervas medicinais que dizem ter aprendido com os monges e têm a preocupação em transmitir estes conhecimentos para as novas gerações por meio da oralidade. Seguem valorizando o trabalho de subsistência, o meio comunitário e familiar, a tecnologia simples e mesmo buscando escolarização para as novas gerações e novas oportunidades de empregos, defendem o pouco acúmulo de capital. Já muitos dos que se mantêm na área rural apropriam-se desta identidade, apontando principalmente o sentido do caboclo como um grupo de luta e resistência pelo direito à terra, tanto que boa parte destes grupos fazem parte do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Considerações finais e oportunidades de mudança

A interpretação do patrimônio cultural à luz do Antropoceno permite, em primeiro lugar, dar visibilidade à magnitude da modificação humana que, conseqüentemente, impactará o patrimônio cultural que atualmente valorizamos. O Antropoceno também desloca nossos sentidos temporais no momento em que percebemos que o futuro não é um porvir a ser idealizado, mas um processo que se dá no presente e pode ser irreversivelmente hostil.

Assim, tomamos dois recortes temporais: aquele associado à colonização e “abertura geográfica” causada pela mundialização-globalização subsequente como forma de explicar as causas do que expomos; e o outro associado às conseqüências da grande aceleração com processos emergentes complexos e com necessidades urgentes de aprender a viver neste mundo, especialmente no caso de populações mais expostas e vulnerabilizadas aos seus riscos intrínsecos. Portanto, acreditamos que, em escala local-regional, os caboclos podem ajudar a identificar formas de adaptação por intermédio das capacidades que desenvolveram do embate com os projetos de desenvolvimento hegemônicos ocorridos em Santa Catarina e que ainda se fazem presentes por meio da distribuição socioespacial desigual no acesso à infraestrutura observada em áreas urbanas e rurais nesse estado.

Com isto, não apontamos para uma abordagem do patrimônio cultural que em si mesma seja capaz de tratar, por um lado, os problemas trazidos pelo Antropoceno e, por outro, propor alternativas mais sintonizadas com essa época. Mas, sim, buscamos iniciar um diálogo que, a partir de uma leitura crítica, reinterprete o patrimônio cultural reconhecido no estado, pois este

representa as lógicas capitalistas e coloniais, apontando que este modo de vida predominante na verdade marca uma ocupação predatória do território que não deve ser mais reproduzida.

Sobretudo, se ponderados tanto a volatilidade da ideia atual acerca do patrimônio cultural à luz das mudanças aceleradas e transcendentais do Antropoceno quanto o papel de narrativas não hegemônicas em imaginar como conviver com as condições hostis subsequentes, sinalizamos a necessidade de reflexão do conceito de patrimônio cultural em um contexto mais global. Lembramos, então, que em geral os caboclos no estado de Santa Catarina possuem uma forma própria de se relacionar com a natureza que tem sido associada à preservação ecológica do entorno, à prática de produção que respeita os limites da terra e à resistência ao modelo de acumulação de capital.

Finalmente, ressaltamos que as imposições de certas condições de habitabilidade no estado devido aos projetos de desenvolvimento (físicos e culturais), no sentido do Mundo (em maiúscula) que ameaçou o mundo (em minúscula) da sociedade cabocla (GRENIER, 2019), levaram a mudanças na forma de vida dessa população, as quais podem ser entendidas como práticas de adaptação já ocorridas no passado, com eco em atividades atuais. Estas práticas tomam uma configuração transformacional dado que, por um lado, conduzem a deslocamentos forçados, mas por outro falam sobre mudanças deliberadas que podem incorporar valores e significados distintos a fim de se pensar intencional e proativamente em alternativas de vida.

Nesse sentido, aproximarmo-nos das estratégias e capacidades desenvolvidas pelos caboclos ao longo dos últimos séculos pode constituir uma oportunidade de aprendizado sobre adaptação em contextos adversos e de reconexão com a natureza. Ainda, entendendo essa adaptação como um dos componentes-chave da resiliência, acreditamos que a sua interlocução com outras formas de conhecimento e posições paradigmáticas (como o caso dos caboclos) poderia iluminar a crítica e ampliar o leque de abordagens de tal conceito. Este tem sido mobilizado primordialmente pela academia por meio do enfoque em aspectos funcionalistas, sem considerar a natureza estruturante do poder e das desigualdades (BORGES-MENDEZ; CARON, 2019). Especialmente, é tempo para pesquisas que aprofundem na ideia de sentido de lugar e sua relação com o patrimônio cultural para situações de adaptação local e subsequente valorização de outros patrimônios até então marginalizados.

Agradecimentos

A primeira autora agradece à Capes pela bolsa de doutorado que vem financiando esta pesquisa; a segunda autora agradece ao Ministério de Universidades (Espanha) e à União Europeia pelo provimento do financiamento Margarita Salas (NextGenerationEU) e todas agradecem à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Referências

- ARANTES, Antônio Augusto. **O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana**. Revista *Habitus*. Goiânia, v. 4, n. 1, p. 425-435, jan./jun. 2006.
- BRANDT, Marlon. **Paisagens caboclas no Oeste de Santa Catarina: colonização e rupturas**. In: Brandt, Marlon e Nascimento, Ederson (Orgs.). *Oeste de Santa Catarina: território, ambiente e paisagem*. São Carlos: Pedro e João Editores; Chapecó, UFFS, 2015.
- _____; NODARI, Eunice. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. **História Unisinos**, v. 15, n. 1, janeiro-abril, 2011, p. 80-90. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, Brasil, 2011.
- BLOEMER, Neusa Maria Sens. **Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos Campos de Lages**. Cidade futura – Florianópolis, 2000.
- BONNEUIL, C.; FRESSOZ, J.-B. **The shock of the Anthropocene: The earth, history and us**. New York: Verso Books, 2016.
- CANÇADO, Wellington. **Habitabilidades**. In: MOULIN, G. *et al.* (Orgs.). *Habitar o Antropoceno*. BDMG Cultural – Belo Horizonte/MG, 2022.
- CAROLA, Carlos Renato. Natureza admirada, natureza devastada: História e historiografia da colonização de Santa Catarina. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, v. 26, n. 44: p. 547-572, jul/dez 2010.
- COSTA, A. de C. Negacionistas são os outros? Verdade, engano e interesse na era da pós-verdade. **Principia: An International Journal of Epistemology**, 25(2), 305-334, 2021.
- CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E.F. The Anthropocene. **IGBP Newsletter** (41: 17-18), 2000.
- DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Desterro (Florianópolis): Cultura e Barbárie, 2017.
- DOW, K., BERKHOUT, F., PRESTON, B. L., KLEIN, R. J. T., MIDGLEY, G., SHAW, M. R. Limits to adaptation. In **Nature Climate Change** (v. 3, Issue 4, p. 305-307). Nature Publishing Group, 2013. <https://doi.org/10.1038/nclimate1847>.
- FAZEY, I., CARMEN, E., CHAPIN, F. S., ROSS, H., RAO-WILLIAMS, J., LYON, C., CONNOR, I. L. C., SEARLE, B. A., & KNOX, K. Community resilience for a 1.5°C world. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, 31, 30-40, 2018.
- FRAGA, Nilson Cesar; LUDKA, Vanessa Maria. 100 anos da Guerra do Contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912/2012): uma análise dos efeitos sobre o território sul-brasileiro. **XII Colóquio Internacional de Geocrítica**. Bogotá, 2012.
- FERRARI, L. F. **Intrusão e desintrusão nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil**. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro, 2007.

- GRENIER, C. **Survivre aux fins d'un monde. Adaptations, effondrements, résiliences et ouvertures géographiques à l'île de Pâques.** Noroix, 251, p. 65-80, 2019.
- HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?** In: SILVA, Tomaz. T. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2008.
- HARAWAY D. Anthropocene, capitalocene, plantationocene, chthulucene: Making kin. **Environmental Humanities** 6: 159-165, 2015.
- IUNSKOVSKI, Roberto. **Migrantes Caboclos em Florianópolis – Trajetória de uma experiência religiosa.** (Dissertação em História). Florianópolis: PPHST, 2002.
- JESUS, Samir Ribeiro de. **Formação do trabalhador catarinense: o caso do caboclo do Planalto Serrano.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1991.
- LATOUR, Bruno. **Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- LEWIS, S. L.; MASLIN, M. A. Defining the Anthropocene. **Nature**. 519 (7542): 171-180, 2015.
- LIMA, Deborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n. 2 – dezembro, 1999.
- LOCKS, Geraldo Augusto. **Identidade dos Agricultores Familiares Brasileiros de São José do Cerrito.** (Dissertação de Mestrado). Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1998.
- LORIMER, Jamie. The Anthro-Scene: A Guide for the Perplexed. **Social Studies of Science** 47(1): 117-142, 2017.
- LÖVBRAND, E., BECK, S., CHILVERS, J., FORSYTH, T., HEDRÉN, J., HULME, M., LIDSKOG, R., VASILEIADOU, E. Who speaks for the future of Earth? How critical social science can extend the conversation on the Anthropocene. **Global Environmental Change**, 32(2), 211-218, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2015.03.012>.
- LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo; CORRÊA, Jaíne Diniz. Uma ponte entre valores: políticas municipais de patrimônio, pluralidade de significados e alternativas ao Antropoceno no Sul de Minas Gerais. **PerCursos**, Florianópolis, v. 22, n. 49, p. 10-45, maio/ago. 2021.
- MARIN, A. Climate change adaptation in Llobregat Delta: local response-ability. Phd Thesis (Geography), Universitat Autònoma de Barcelona, 2023.
- MARTINS, P.; WELTER, T. Cultura Cabocla: uma identidade cultural em construção no mundo rural. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 14, n. 27, p. 139-153, 2006.
- MARTENDAL, José Ari Celso. **Processos produtivos e trabalho-educação: A incorporação do caboclo catarinense na indústria madeireira.** Dissertação de mestrado. Instituto de estudos avançados em educação. Fundação Getulio Vargas. Rio de Janeiro, 1980.

MASTERSON, V. A., R. C. STEDMAN, J. ENQVIST, M. TENGÖ, M. GIUSTI, D. WAHL, and U. SVEDIN. 2017. **The contribution of sense of place to social-ecological systems research: a review and research agenda.** *Ecology and Society* 22(1):49, 2017.

MOORE, J. **The capitalocene, part I: On the nature & origins of our ecological crisis.** 2014. Available at: http://www.jasonwmoore.com/uploads/The_Capitalocene__Part_I__June_2014.pdf.

O'BRIEN, K. Global environmental change II: From adaptation to deliberate transformation. **Progress in Human Geography**, 36(5), 667-676. 2012. <https://doi.org/10.1177/0309132511425767>.

PARRY, M., PALUTIKOF, J., HANSON, C., LOWE, J. Squaring up to reality. **Nature Climate Change**, 1(806), 68-71. 2008.

POLI, Jaci. **Caboclo: pioneirismo e marginalização.** Cadernos do CEOM – Ano 19, n. 23 – CEOM: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina, 1991.

RAYMOND, C. M., WILLIAMS, D., DI MASSO, A., MANZO, L. C., WIRTH, T. VON. Introduction: Senses of place in the face of global challenges. In C. Raymond, L. C. Manzo, D. R. Williams, A. Di Masso, & T. von Wirth (Eds.), **Changing Senses of Place: Navigating Global Challenges** (p. 1-18). Cambridge University Press, 2021. <https://doi.org/10.1017/9781108769471>.

RENK, Arlene. **Expropriação do campesinato caboclo no Oeste catarinense.** In: Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades, v. 1/ Godoi, Menezes, Marin (Orgs.) – São Paulo: Editora Unesp, 2009.

_____; SAVOLDI, Adiles. Reconversão cabocla e invenção das tradições. **Revista Grifos** – n. 25 – dezembro, 2008.

RIBOT, J. Cause and response: vulnerability and climate in the Anthropocene. **Journal of Peasant Studies**, 2014. <https://doi.org/10.1080/03066150.2014.894911>.

SALINI, Ademir Miguel. **Colonização e meio ambiente: a transformação da paisagem do Oeste Catarinense (1930 a 1970).** Dissertação de mestrado em História. UFFS – Universidade da Fronteira Sul, 2018.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, quilombo: modos e significados.** Brasília: INCTI; UnB; INCT; CNPq; MCTI, 2015.

SANTOS, Lilian L. F. e NÓR, Soraya. **Identidade e patrimônio cultural dos caboclos no contexto do estado de Santa Catarina, Brasil.** In: Entre vulnerabilidade e resiliência: ensaios sobre disposições do espaço habitado / [organizado por] Roseline Vanessa Santos Oliveira. – Maceió: Edufal, Fapeal, 2023.

STEFFEN, Will *et al.* The Trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration. **The Anthropocene Review**, 2(1): 81-98, 2015.

_____. **Trajectories of the Earth System in the Anthropocene.** Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America 115(33): 8252–8255. 2018.

SVAMPA, Maristella. **Antropoceno. Lecturas globales desde el Sur.** Ed. Editorial Cartonera de la Facultad de Filosofía y Humanidades de la Universidad Nacional de Córdoba. Ciudad de Córdoba (Argentina), 2019.

TADDEI, Renzo, KAREN Shiratori, BULAMAH, Rodrigo C. Decolonizing the Anthropocene. In: **The International Encyclopedia of Anthropology**, Wiley, 1-12, 2022.

ULLOA, A. Dinámicas ambientales y extractivas en el siglo XXI: ¿Es la época del Antropoceno o del Capitaloceno en Latinoamérica? **Desacatos**, maio-agosto, p. 58-73, 2017.

Recebido em 03 de julho de 2023 | Aceito em 24 de novembro de 2023



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional